



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete

Parecer Técnico FEAM/GAB nº. 9/2023

Belo Horizonte, 30 de março de 2023.

Processo SEI n.º 2090.01.0000976/2023-03

Parecer de Licenciamento Ambiental Simplificado n.º **4151/2022**

Nº do documento do Parecer vinculado ao SEI: [63422409]

Força Tarefa Resolução Conjunta Semad/Feam Nº 3.086/2021

PA SLA nº 3450/2022

SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento

EMPREENDEDOR:

Construtora Terrayama
Ltda

CNPJ:

21.681.150/0001-88

EMPREENDIMENTO:

Construtora Terrayama
Ltda

CNPJ:

21.681.150/0001-88

MUNÍCIPIOS

Janaúba

ZONA

Rural

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades,
conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio (Peso 1);

CÓDIGO

**ATIVIDADE OBJETO DO
LICENCIAMENTO (DN
COPAM 217/17):**

CLASSE

**CRITÉRIO
LOCACIONAL**

C-10-02-2

Usinas de produção de
concreto asfáltico.

2

1

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:

REGISTRO/ART

Luciano Guimarães Xavier

ART MG MG20221520045

AUTORIA DO PARECER

MATRICULA

Álvaro Martins Junior
Analista Ambiental

MASP 11533825

David de Hollanda Vianna

Analista Ambiental	MASP 09478439
Luciano Junqueira de Melo Analista Ambiental	MASP 11383858
De acordo: Elizabeth Rodrigues Brito Ibrahim Diretoria Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	MASP 15000342



Documento assinado eletronicamente por **Gislando Vinicius Rocha de Souza, Diretor (a)**, em 30/03/2023, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Junqueira de Melo, Servidor(a) Público(a)**, em 31/03/2023, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **63422680** e o código CRC **A6C562C8**.



Parecer Técnico de LAS n° 4151/2022

O empreendimento Construtora Terrayama Ltda., Janaúba, Minas Gerais, solicita via SLA n° 022.09.01.003.0002363, Processo n.º 4151/2022, a Licença Ambiental, modalidade LAS/RAS, classe 2, critério locacional 1, para a atividade de C-10-02-2 - Usinas de produção de concreto asfáltico com produção nominal de 55 t/h. A formalização foi feita em 21/11/2022 e o requerimento publicado no IOMG, em 22/11/2022. Na Figura 1, é apresentado a visão geral do empreendimento.



Figura 1 – Visão geral do empreendimento (linha vermelha), ano 2022. Fonte: Google Earth

O empreendedor declara no Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA que o empreendimento está na fase de projeto, que não foi feita nenhuma solicitação de licenciamento anterior a 5.11.2019. Ele informa que esse processo é uma nova solicitação de licença. Pela figura 1 verifica-se que porção significativa da área delimitada no SLA encontra-se antropizada.

Critérios locacionais e fatores de restrição

Em consulta a Infraestrutura de Dados Espaciais - IDE Sisema verifica-se que sobre a área na qual o empreendimento se localiza incidem os seguintes critérios locacionais:

- Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio;e
- Localização em área de segurança aeroportuária;



Com relação a localização em área com muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, o responsável técnico Luciano Guimarães Xavier, conclui que *“não foi localizado na ADA e no seu entorno com raio de 250 metros, nenhum vestígio de cavidade e/ou cavidade subterrânea”*.

No que diz respeito à Segurança Aeroportuária, a atividade não consta no Anexo 1, dos *Procedimentos transitórios para a emissão de licença ambiental de empreendimentos com potencial de atrativo de fauna em ASA de aeródromo brasileiro até a publicação do Decreto Regulamentar da Lei n.º 12.725, de 16 de outubro de 2012*.

No Sistema de Licenciamento Ambiental e no Relatório Ambiental Simplificado – RAS, é informado que não haverá intervenção ou captação de recursos hídricos e intervenções ambientais que se enquadrem no rol previsto no art. 3º do Decreto Estadual 47.749/2019.



Figura 2 – Vista do empreendimento (Fonte: RAS)



Documentação

Para subsidiar a análise do requerimento de licença ambiental e a elaboração desse parecer foram juntados no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA os seguintes documentos:

1. Estudo técnico referente a localização em área com muito alto potencial de ocorrência de cavidades naturais elaborado pelo Sr. Luciano Guimarães Xavier;
2. Recibo de inscrição do Cadastro Ambiental Rural – CAR;
3. Certidão de regularidade quanto ao uso e ocupação do solo, expedida pela Prefeitura de Janaúba;
4. Arquivos digitais da área diretamente afetada - ADA do empreendimento;
5. Relatório Ambiental Simplificado – RAS;
6. Procuração;
7. Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AINDA do Sr. Luciano Guimarães Xavier;
8. Documentos de posse ou propriedade do imóvel rural;
9. Contrato de cessão temporária da área ocupada pelo empreendimento; e
10. Publicação no IOF/MG de 22/11/2022.

Complementarmente as informações apresentadas, foram solicitadas em 20/01/2023, por meio do SLA os seguintes esclarecimentos adicionais:

1. Descrever as estruturas de apoio a serem instaladas (refeitório, escritório, balanças, unidades de abastecimento, laboratórios...), e caso esteja previsto o consumo de água para essas unidades informar a fonte de abastecimento, a forma de tratamento e destinação dos efluentes sanitários e oleosos, e as medidas de controle a serem implementadas juntamente com o respectivo cronograma executivo;
2. Informar a quantidade e tancagem dos reservatórios de CAP e óleo diesel;
3. Descrever os potenciais impactos ambientais da implantação e operação dos reservatórios de CAP, óleo diesel e demais insumos oleosos, e as medidas de controle ambiental adotadas ou a serem implementadas para proteger o solo, coletar e controlar os efluentes oleosos (caso inexistam controles ambientais para esses aspectos apresentar cronograma executivo para implementação);
4. Apresentar planta do sistema de drenagem pluvial, localização e descrição das medidas de controle ambiental para o carreamento partículas sólidas e processos erosivos;
5. Informar qual a medida de controle ambiental a ser implementada para o abatimento de poeiras geradas pela movimentação de veículos no pátio e acessos, e caso seja proposto a aspersão/umectação das vias e pátios, informar a fonte da água utilizada, volume e frequência de aplicação; e



6. Descrever o local de armazenamento dos tambores de coleta de resíduos e as medidas de controle ambiental adotadas ou a serem implementadas.

As informações apresentadas consideradas satisfatórias estão incorporadas no corpo deste parecer, sendo que algumas questões de demandam complementação ou comprovação da adequação constam como condicionante desse parecer.

Intervenções Ambientais

Pela imagem do Google Earth, figuras 1, é verificado que a área onde o empreendimento se localiza se encontra antropizada e que existem indivíduos isolados, não sendo possível pela equipe que subscreve esse parecer caracterizar a tipologia dessa vegetação. O empreendimento se localiza dentro dos limites do Bioma Mata Atlântica.

Foi informado no SLA e RAS que não serão necessárias intervenções ambientais para o desenvolvimento das atividades.

Relatório Ambiental Simplificado - RAS

O empreendimento é uma unidade de produção de concreto asfáltico com produção nominal de 55t/h, a ser instalada no entorno de uma pedreira em operação. A área na qual a usina será instalada possui 5.000m², área útil de 4.000m² e área construída de 1.000m²,

Foi informado que para operação da usina de asfalto 6 funcionários (1 administrativo; 5 operacionais), funcionando 10 horas/dia, 5 dias/mês e 12 meses/ano.

Os principais insumos (brita, pó de brita e óleo CAP) serão fornecidos pela pedreira Aliança e Petrobras.

O escritório administrativo será instalado no município de Jaíba para atender a obra, no RAS foi reportado que serão instalados os seguintes equipamentos e dispositivos: usina de asfalto; tanques de CAP e óleo de queima; dosador de agregados; secador de agregados; secador; exaustor e filtro de mangas.

Os tanques de CAP e óleo de queima com tancagem total de 45 m³ e os 3(três) containers de armazenamento de óleo diesel com capacidade total de 3m³ deverão ser locados em local com piso impermeável interligado a caixa separadora de água e óleo e bacia de contenção de volume o volume total armazenado. Consta como condicionante desse parecer a apresentação de relatório técnico fotográfico que comprove a adequada instalação desses equipamentos.

A água utilizada no empreendimento para consumo humano será fornecida por galões de água mineral adquirida de terceiros, e nas estruturas de apoio e equipamentos



compartilhados com a Pedreira Aliança a água utilizada será proveniente do poço tubular outorgado por meio da Portaria nº. 0607079/2021.

Foi informado que não serão gerados efluentes sanitários, e que os resíduos com essa característica serão coletados por banheiros químicos. Consta como condicionante desse parecer o monitoramento da destinação desses resíduos por meio do Sistema MTR-MG.

A empresa compartilhará o refeitório já instalado na Pedreira Aliança, área contígua ao empreendimento.

Também foi reportado que na operação da usina de asfalto não são gerados efluentes industriais, e que não será feita a manutenção de equipamentos dentro dos limites do empreendimento.

Foi informado que a área na qual o empreendimento se insere é plana e que não existem riscos de geração de processos erosivos, todavia ainda existe a possibilidade de carreamento de partículas sólidas para as drenagens naturais nos períodos chuvosos, sendo sugerida condicionante que demanda a instalação de sistema de drenagem pluvial e de contenção de sólidos.

Consta do RAS que os ruídos gerados pelas atividades da usina têm como fonte o trânsito de caminhões e o funcionamento de diversos equipamentos pertinentes à usina. Como o empreendimento se localiza na área da Pedreira Aliança, há de se considerar que o ruído de fundo é superior ao da usina.

Um dos impactos ambientais são as emissões provenientes do forno secador (enxofre, predominantemente SO₂ e material particulado). Foi informado no RAS que para o controle dessas emissões será utilizado um sistema de filtragem por mangas, consta como condicionante desse parecer o monitoramento dessas emissões.

Foi informado que para controlar o abatimento das poeiras geradas pela movimentação de veículos no pátio e acessos será realizado a aspersão e umectação dessas áreas com caminhão pipa.

Os resíduos sólidos gerados são os que se equiparam aos domiciliares e recolhidos pela coleta municipal. Os resíduos recicláveis serão armazenados em baias a serem construídas para armazenamento temporário e posterior encaminhamento para recicladoras e aterro

Para a coleta e destinação de resíduos será construída uma baia com piso de concreto, coberto, divisões para as segregações por tipos de resíduos. A empresa tem ciência da legislação, em especial da DN COPAM n.º 232/2019 que trata do Sistema – MTR, resíduos gerados, transportados e destinados no Estado.



Destaca-se que o empreendimento deverá providenciar as destinações de Resíduos Sólidos gerados no exercício de sua atividade, de forma ambientalmente adequada e também atendendo a Deliberação Normativa Copam n.º 232/2019 com relação aos registros no Sistema Estadual de Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR.

Este parecer não autoriza intervenções ambientais ou o uso de recursos hídricos.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes nos autos do Processo SLA n.º 4151/2022, sugere-se o deferimento da Licença Ambiental Simplificada - LAS para o empreendimento Construtora Terrayama Ltda., Janaúba Corinto, Minas Gerais, para a atividade de Usinas de produção de concreto asfáltico com produção nominal de 55 t/h, pelo prazo de validade de 10(dez) anos, vinculado ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Considerando que de acordo com a imagem apresentada no RAS (figura 2) o empreendimento se encontra parcialmente instalado, solicita-se o encaminhamento desse parecer para unidade responsável pela fiscalização ambiental para as verificações e providenciais cabíveis conforme disposto no Art. 5º-A da Resolução Conjunta SEMAD/Feam n.º 3.086/2021.

Cabe esclarecer que a equipe que subscreve este parecer não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de termo licenciamento a ser emitido.



ANEXO I

Parecer Técnico de LAS nº 4151/2022

Condicionantes da Licença Ambiental Simplificada – LAS do empreendimento Construtora Terrayama Ltda.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo[1]
01	Executar o Programa de Auto monitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da Licença Ambiental.
02	Apresentar plano de desativação do empreendimento que contemple as medidas necessárias para a remediação ou tratamento de eventuais contaminações	180(cento e oitenta) dias.
03	Apresentar relatório técnico fotográfico que comprove a adequação do sistema de drenagem pluvial do empreendimento com a implantação de bacia de contenção de sólidos carregados, leras ou canaletas de direcionamento dessas águas	90(noventa) dias após a obtenção da licença 90(noventa) dias ambiental
04	Realizar a umectação do canteiro de obras durante os períodos secos do ano, e manter registros dessa operação para fins de fiscalização	Durante a vigência da Licença Ambiental.
05	Apresentar relatório técnico fotográfico juntamente com anotação de responsabilidade técnica – ART que ateste a instalação das bacias de contenção dos tanques de CAP, Óleo de Queima e Óleo combustível em local com piso impermeável, bacias de contenção e a interligação destes a uma caixa separadora de água e óleo sem deflúvio.	90(noventa) dias após a obtenção da licença ambiental
06	Apresentar relatório técnico fotográfico da implantação de cortina arbórea no entorno do empreendimento. OBS: Essa condicionante somente será exigida caso o empreendimento opere após dezembro de 2023.	2(dois) anos após a obtenção da licença ambiental

[1]. Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

Força Tarefa - Resolução Conjunta SEMAD /FEAM n.º 3.086/2021

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Auto monitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram Norte de Minas, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Parecer Técnico de LAS nº 4151/2022

Condicionantes da Licença Ambiental Simplificada – LAS do empreendimento Construtora Terrayama Ltda.

Programa de Auto monitoramento

1. Emissões atmosféricas

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência de análise
Secador Rotativo / Chaminé do Filtro de Mangas	Material Particulado e SOx	Semestral

2. Resíduos sólidos e rejeitos

2.1. Resíduos sólidos e rejeitos com emissão de Manifesto por carga, pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam n.º 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos a Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

2.2. Resíduos sólidos e rejeitos sem emissão de Manifesto por carga, conforme Art. 11 da DN 232/2019 que instituiu o Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam nº 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Class e	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade e Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				
(*)1- Reutilização					6 - Co-processamento							
2 – Reciclagem					7 - Aplicação no solo							
3 - Aterro sanitário					8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)							
4 - Aterro industrial					- Outras (especificar)							
- Incineração												



2.3. Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.